



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

ACEITO EM
APROVADO EM
REJEITADO EM
ARQUIVO

PROJETO DE LEI Nº 65 /2022

PROTOCOLADO SOB Nº 2364 /2022

EM 27 / 04 / 22

Dispõe para reconhecer como Comunidade Tradicional a Comunidade de Pescadores Artesanais filiados a Colônia de Pescadores Z-1, estabelecida no Município de Rio Grande e torna suas práticas e saberes ancestrais integrantes do patrimônio cultural, de natureza imaterial, do Município do Rio Grande.

Art. 1º - Reconhece como Comunidades Tradicionais, na forma da Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT nº 169/1989, ratificada pelo Decreto Federal 5.061/2004, e nos termos do que dispõe o Decreto Federal 6.040/2007, as Comunidades de Pescadores Artesanais filiados a Colônia de Pescadores Z-1, estabelecida no Município do Rio Grande.

Parágrafo único. Consideram-se, Comunidade Tradicional, nos termos do Decreto Federal 6.040/2007, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Art. 2º O Município deverá adotar, no âmbito das ações do Poder Executivo, medidas especiais para garantir aos trabalhadores pertencentes à Comunidade de Pescadores Artesanais na cidade de Rio Grande, proteção eficaz em matéria de contratação e condições de trabalho, na medida em que não estejam protegidas de maneira eficiente pela legislação aplicável, devendo estabelecer regras de preferência e/ou prioridade nas ações realizadas na faixa litorânea do Município.

Art. 3º. Além das garantias já estabelecidas no artigo 2º, o Município adotará medidas que garantam às comunidades os seus territórios, a fim de que tenham acesso a recursos naturais utilizados para reprodução física, cultural e econômica, garantindo a essas comunidades acesso à informações no que concernem aos seus direitos, implantando infraestrutura adequadas necessárias.

Art. 4º A presente lei tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantias



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

ACEITO EM
APROVADO EM
REJEITADO EM

PROJETO DE LEI Nº _____/2022

PROTOCOLADO SOB Nº _____/2022

EM ____/____/____

nas terras que tradicionalmente ocupam, nas questões sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Art. 5.º Poderão ser realizadas Campanhas de Conscientização para o cumprimento desta Lei.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vereador Nilton Machado

Republicanos



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

ACEITO EM
APROVADO EM
REJEITADO EM

PROJETO DE LEI Nº _____/2022

PROTOCOLADO SOB Nº _____/2022

EM ____/____/____

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de reconhecer a Comunidade Pesqueira filiados da Colônia de Pescadores Z-1 do Município do Rio Grande como Comunidade Tradicional, visando o fortalecimento social, ambiental, econômico e cultural dessa Comunidade, auxiliando na promoção do seu desenvolvimento de forma sustentável.

Como é de amplo conhecimento, o setor de pesca artesanal vive uma profunda falta de reconhecimento na comunidade, motivada principalmente, pela falta de atenção e notoriedade não dispensadas a essa comunidade. A exploração dos pesqueiros pela pesca industrial, a pesca predatória, a limitação das artes de captura, o aumento do custo do combustível, a estagnação do preço de venda dos produtos, a falta de valorização, levam a pesca artesanal a uma perda progressiva de lucratividade que põe em cheque a sobrevivência da comunidade. Essa situação é pública e notória, pois muito embora a cidade seja reconhecida como uma das principais atividades da cidade, se não, a principal, a atenção devida não lhe é dispensada.

No entanto, há de frisar-se que as famílias de pescadores, em sua maioria, vivem e sobrevivem exclusivamente da pesca, o que, auxilia na divulgação da cultura das comunidades pesqueiras, suas tradições e produtos, oportunizando, por consequência, a promoção do desenvolvimento sustentável da comunidade.

Desse modo, é preciso garantir que este mercado - criado em favor dessas comunidades e por elas mesmas - permaneça gerando divisas em seu próprio valor, nelas permanecendo, para tanto sendo explorado apenas e tão somente pelos integrantes, inclusive ascendentes e descendentes, da Comunidade Tradicional de Pesca Artesanal filiados a Colônia de Pescadores Z-1, com relativização de certos princípios homenageando os previstos na Convenção n. 169 da OIT e no Decreto Federal n. 6040/2007, que internalizou no Brasil, conforme já explanado.

Vereador Nilton Machado